

- Nas questões de 1 a 90, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use o **cartão de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; TJRJ = Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; TCE/RJ = Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; DF = Distrito Federal; CODJERJ = Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; CNCJG = Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões de 1 a 6

1 Para se fazer uma revista de divulgação científica hoje, três
diretrizes devem ser observadas. A primeira é o que queremos dizer
e o que temos para dizer em uma revista. A segunda, se temos os
4 meios humanos e financeiros para realizar o projeto. A terceira se
refere à necessidade urgente de ampliar a “infra-estrutura” de
conhecimentos necessários para que a educação encontre raízes
7 profundas em nossa sociedade, nos laboratórios de pesquisa, na
natureza e na história que vivemos.

10 A divulgação científica, as informações e os conhecimentos
que podemos oferecer à educação são elementos que contribuem
para formar a opinião, a capacidade de crítica e de decisão dos
diferentes setores da sociedade. Oferecer, por exemplo, dados e
13 análises da história da educação superior no Brasil é importante para
equacionar os conflitos que a universidade vive hoje.

Ciência Hoje, jul./2002, p. 19 (com adaptações).

QUESTÃO 1

De acordo com as idéias do texto, fazer uma revista de divulgação científica hoje exige

- A) muito empenho, devido às dificuldades a serem enfrentadas.
- B) suporte financeiro previsto e recursos humanos preparados para a realização do projeto.
- C) infra-estrutura de máquinas modernas e material de consumo de qualidade.
- D) a ampliação das estratégias de *marketing*, de forma a garantir um público fiel.
- E) o conhecimento das raízes profundas da educação nacional.

QUESTÃO 2

Julgue os itens a seguir, referentes ao papel de uma revista de divulgação científica conforme apresentado no texto.

- I Os conhecimentos veiculados têm como público-alvo a comunidade científica.
- II As informações e os conhecimentos que compõem uma revista de divulgação científica são formadores de opinião da sociedade em geral.
- III As informações veiculadas por uma revista de tal natureza, como, por exemplo, dados sobre a história da educação superior no Brasil, de caráter objetivo e informativo, influem na capacidade de crítica e decisão dos leitores.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas um item está certo.
- B) Apenas os itens I e II estão certos.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 3

Assinale a opção em que a partícula “o” sublinhada aparece com o mesmo emprego que se apresenta no seguinte trecho do texto: “A primeira é o que queremos dizer” (l.2).

- A) Eles devem realizar logo o projeto do grupo.
- B) Responda-me: o que você tem com isso?
- C) Seu sucesso depende de o livro ser aceito.
- D) É preciso conhecer a rotina do laboratório.
- E) Este livro foi o que você indicou.

QUESTÃO 4

Com referência às estruturas lingüísticas, às idéias e aos modos e tipos textuais, assinale a opção correta com relação ao texto.

- A) O período “Para se fazer uma revista de divulgação científica hoje, três diretrizes devem ser observadas” (l.1-2) topicaliza o conteúdo do primeiro parágrafo.
- B) Após cada uma das expressões “A primeira” (l.2), “A segunda” (l.3) e “A terceira” (l.4), está implícita a expressão **revista científica**.
- C) O emprego dos verbos na primeira pessoa do plural “queremos” (l.2) e “temos” (l.3) é indicativo de que o texto se caracteriza pelo tratamento pessoal, subjetivo, do assunto.
- D) No trecho “os conhecimentos que podemos oferecer à educação são elementos que contribuem para formar a opinião” (l.9-11), o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo.
- E) A opção pelo tempo verbal no presente mostra que o texto é narrativo-descritivo.

QUESTÃO 5

Assinale a opção em que a reescritura do período final está de acordo com a norma culta da língua portuguesa e mantém-se coerente com o restante do texto.

- A) O oferecimento de dados e análises da história da educação superior no Brasil, por exemplo, é importante para equacionar os conflitos que a universidade vive hoje.
- B) Oferecer por exemplo, dados e análises da história da educação superior no Brasil é importante para equacionar os conflitos que a universidade vive hoje.
- C) Oferecer dados e as análises da história da educação superior no Brasil, por exemplo, é importante, para equacionar os conflitos o qual a universidade vive hoje.
- D) O oferecimento de: dados e análises da história da educação superior no Brasil, por exemplo são importantes para equacionar os conflitos que a universidade vive hoje.
- E) Oferecer por exemplo dados e análises, da história da educação superior no Brasil é importante para equacionar, hoje, os conflitos que a universidade vive.

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta referente ao emprego, no texto, de elementos anafóricos e de outros recursos de coesão e coerência textual.

- A) O substantivo “projeto” (l.4), conforme empregado no primeiro parágrafo do texto, refere-se ao projeto para a educação no Brasil.
- B) No trecho “em nossa sociedade” (l.7), “nossa” reporta-se a uma comunidade científica específica.
- C) A coesão do texto será preservada se o primeiro ponto for substituído por vírgula seguida de letra minúscula.
- D) O termo “elementos” (l.10) funciona como hiperônimo de “divulgação científica” (l.9), “informações” (l.9) e “conhecimentos” (l.9).
- E) A expressão “por exemplo” (l.12) é apenas enfática; portanto, se for retirada, o último período permanece coerente e coeso com o trecho anterior.

Texto para as questões de 7 a 14

1 Há dessas reminiscências que não descansam antes que
a pena ou língua as publique. Um antigo dizia arrenegar de
conviva que tem memória. A vida é cheia de tais convivas, e
4 eu sou acaso um deles, conquanto a prova de ter a memória
fraca seja exatamente não me acudir agora o nome de tal
antigo; mas era um antigo, e basta.

7 Não, não, a minha memória não é boa. Ao contrário,
é comparável a alguém que tivesse vivido por hospedarias,
sem guardar delas nem caras nem nomes; e somente raras
10 circunstâncias. A quem passe a vida na mesma casa de
família, com os seus eternos móveis e costumes, pessoas e
afeições, é que se lhe grava tudo pela continuidade e
13 repetição. Como eu invejo os que não esqueceram a cor das
primeiras calças que vestiram! Eu não atino com a das que
enfiei ontem. Juro só que não eram amarelas porque execro
16 essa cor; mas isso mesmo pode ser olvido e confusão.

E antes seja olvido que confusão; explico-me. Nada se
emenda bem nos livros confusos, mas tudo se pode meter nos
19 livros omissos. Eu, quando leio algum desta outra casta, não
me aflijo nunca. O que faço, em chegando ao fim, é cerrar os
olhos e evocar todas as coisas que não achei nele. Quantas
22 idéias finas me acodem, então! Que de reflexões profundas!
Os rios, as montanhas, as igrejas que não vi nas folhas lidas,
todos me aparecem agora com as suas águas, as suas árvores,
25 os seus altares; e os generais sacam das espadas que tinham
ficado na bainha, e os clarins soltam as notas que dormiam no
metal, e tudo marcha com uma alma imprevista.

28 É que tudo se acha fora de um livro falho, leitor amigo.
Assim preencho as lacunas alheias; assim podes também
preencher as minhas.

Machado de Assis. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, p. 79.

QUESTÃO 7

Infere-se do primeiro período do texto que algumas reminiscências

- A não nos dão descanso, sejam boas, sejam dolorosas.
- B não nos deixam em paz até causar muita dor.
- C precisam vir a público, oralmente ou por escrito.
- D são impublicáveis ou dolorosas.
- E devem ser esquecidas de vez.

QUESTÃO 8

No segundo parágrafo do texto, o autor usa o exemplo de quem passa a vida “na mesma casa de família” (l.10-11) para reforçar sua idéia de que

- A a convivência rotineira favorece as lembranças de pessoas e fatos.
- B ele próprio poderia ser um conviva de muito boa memória.
- C a vida familiar faz lembrar somente as circunstâncias, e não os fatos.
- D viver em casa de família ou em hospedarias faz mal à memória.
- E viver em família com seus eternos móveis e costumes descansa a mente e estimula a memória.

QUESTÃO 9

No terceiro parágrafo do texto, o autor explica por que escreveu “antes seja olvido que confusão” (l.17). De acordo com sua argumentação,

- A livros confusos são mais fáceis de interpretar que os omissos.
- B livros confusos despertam nele “idéias finas”.
- C livros omissos despertam a imaginação dele.
- D livros confusos podem ser melhorados com reflexões profundas.
- E livros omissos são piores porque não é possível complementá-los.

QUESTÃO 10

Assinale a opção que apresenta uma frase narrativa do texto.

- A “Há dessas reminiscências” (l.1)
- B “Um antigo dizia arrenegar de conviva que tem memória” (l.2-3)
- C “A vida é cheia de tais convivas” (l.3)
- D “Não, não, a minha memória não é boa” (l.7)
- E “Quantas idéias finas me acodem, então” (l.21-22)

QUESTÃO 11

O período “Os rios, as montanhas (...) imprevista” (l.23-27), em consonância com a argumentação do texto, poderia ser colocado, com inicial maiúscula e antecedido do sinal de dois-pontos, logo após a frase

- A “E antes seja olvido que confusão; explico-me” (l.17).
- B “Nada se emenda bem nos livros confusos” (l.17-18).
- C “Eu, quando leio algum desta outra casta, não me aflijo nunca” (l.19-20).
- D “O que faço, em chegando ao fim, é cerrar os olhos”(l.20-21).
- E “e evocar todas as coisas que não achei nele” (l.21).

QUESTÃO 12

Assinale a opção em que a supressão da palavra ou expressão sublinhada provoca **erro** na estrutura sintática ou **incoerência** textual.

- A “Não, não, a minha memória não é boa” (l.7)
- B “A quem passe a vida (...) é que se lhe grava tudo” (l.10-12)
- C “Como eu invejo os que não esqueceram a cor” (l.13)
- D “Que de reflexões profundas” (l.22)
- E “assim podes também preencher as minhas” (l.29-30)

QUESTÃO 13

A correção das estruturas do texto será prejudicada caso se substitua

- A “tem” (l.3) por **tivesse**.
- B “é” (l.3) por **era**.
- C “era” (l.6) por **é**.
- D “tivesse” (l.8) por **tenha**.
- E “passe” (l.10) por **passa**.

QUESTÃO 14

No texto, o conector “conquanto” (l.4) estabelece entre as orações que liga uma relação lógica de

- A oposição.
- B explicação.
- C causa/conseqüência.
- D condição.
- E finalidade.

Texto para as questões de 15 a 20

Miss Dollar

1 Era conveniente ao romance que o leitor ficasse muito tempo sem saber quem era Miss Dollar. Mas, por outro lado, sem a apresentação de Miss Dollar, seria o autor obrigado a longas digressões, que encheriam o papel sem adiantar a ação. Não há hesitação possível: vou apresentar-lhes Miss Dollar.

2 Se o leitor é rapaz e dado ao gênio melancólico, 3 imagina que Miss Dollar é uma inglesa pálida e delgada, escassa de carnes e de sangue, abrindo à flor do rosto dois grandes olhos azuis e sacudindo ao vento umas longas tranças 4 louras. A moça em questão deve ser vaporosa e ideal como uma criação de Shakespeare; deve ser o contraste do *roast-beef britânico*, com que se alimenta a liberdade do Reino 5 Unido. (...) O chá e o leite devem ser a alimentação de semelhante criatura, adicionando-se-lhe alguns confeitos e biscoitos para acudir às urgências do estômago. A sua fala 6 deve ser um murmúrio de harpa eólia; o seu amor um desmaio, a sua vida uma contemplação, a sua morte um suspiro. (...) A figura é poética, mas não é a da heroína do romance. (...)

7 A Miss Dollar do romance não é a menina romântica. (...) Miss Dollar é uma cadelinha galga.

8 Para algumas pessoas a qualidade da heroína fará perder o interesse do romance. Erro manifesto. Miss Dollar, apesar de não ser mais que uma cadelinha galga, teve as honras de ver o seu nome nos papéis públicos, antes de entrar 9 para este livro. O *Jornal do Comércio* e o *Correio Mercantil* publicaram nas colunas dos anúncios as seguintes linhas reverberantes de promessa:

10 “Desencaminhou-se uma cadelinha galga, na noite de ontem, 30. Acode ao nome de Miss Dollar. Quem a achou e quiser levar à rua de Matacavalos nº. ... , receberá duzentos mil-réis de recompensa. Miss Dollar tem uma coleira ao pescoço fechada por um cadeado em que se lêem 11 as seguintes palavras: *De tout mon coeur*.”

12 Todas as pessoas que sentiam necessidade urgente de duzentos mil-réis, e tiveram a felicidade de ler aquele 13 anúncio, andaram nesse dia com extremo cuidado nas ruas do Rio de Janeiro, a ver se davam com a fugitiva Miss Dollar.

Machado de Assis. *Contos: uma antologia*, v. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 123-5.

QUESTÃO 15

Considere que parte dos quatro primeiros parágrafos do fragmento desse conto (ℓ.1-28) seja retirada, desaparecendo, portanto, as idéias ali expressas e permanecendo desse trecho apenas o período final do quarto parágrafo — “O *Jornal do Comércio* e o *Correio Mercantil* publicaram nas colunas dos anúncios as seguintes linhas reverberantes de promessa?”. Nesse caso, é correto afirmar que o restante do texto ficará

- A incompreensível.
- B muito prejudicado por perda de informações sobre o perfil da heroína.
- C sem a apresentação de outras personagens que participam da história.
- D sem a informação de que a cadelinha galga era a heroína da história.
- E mais curto apenas, sem perda de qualquer informação importante para a história.

QUESTÃO 16

O primeiro parágrafo do texto mostra que o autor pretende

- A não apresentar a heroína, para criar mistério.
- B fazer longas digressões, para criar suspense.
- C encher o papel de idéias inúteis para a história.
- D apresentar logo a heroína e iniciar a ação.
- E hesitar todo o tempo que for possível.

QUESTÃO 17

O segundo parágrafo do texto consiste principalmente em uma descrição

- A de personagem secundária.
- B de personagem principal.
- C de alguém que não é a heroína.
- D do local onde vive a heroína.
- E da vilã da história.

QUESTÃO 18

O texto torna-se **incoerente** ou **incorreto** caso se substitua

- A ‘Desencaminhou-se’ (ℓ.29) por **Perdeu-se**.
- B ‘Acode ao’ (ℓ.30) por **Atende pelo**.
- C ‘recompensa’ (ℓ.32) por **indenização**.
- D “urgente” (ℓ.35) por **premente**.
- E “davam com” (ℓ.38) por **encontravam**.

QUESTÃO 19

O autor do texto manifesta opinião pessoal no(s) trecho(s)

- I “Era conveniente ao romance que o leitor ficasse muito tempo sem saber” (ℓ.1-2).
- II “publicaram nas colunas dos anúncios as seguintes linhas reverberantes de promessa” (ℓ.27-28).
- III ‘Miss Dollar tem uma coleira ao pescoço fechada por um cadeado’ (ℓ.32-33).

Assinale a opção correta.

- A Apenas um dos itens está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 20

No texto, há linguagem figurada no(s) trecho(s)

- I “abrindo à flor do rosto dois grandes olhos azuis” (ℓ.8-9).
- II “vaporosa e ideal como uma criação de Shakespeare” (ℓ.10-11).
- III “A sua fala deve ser um murmúrio de harpa eólia” (ℓ.15-16).

Assinale a opção correta.

- A Apenas um dos itens está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 21

Nasce o sol, e não dura mais que um dia.
Depois da luz se segue a noite escura,
Em tristes sombras morre a formosura
Em contínuas tristezas a alegria.

Gregório de Matos Guerra. *Obra poética de Gregório de Matos*. Rio de Janeiro: Record, 2.ª ed. 1990.

Assinale a opção que apresenta a figura de linguagem predominante no trecho do poema acima.

- A sinestesia
- B comparação
- C antítese
- D eufemismo
- E hipérbole

Texto I — para as questões de 22 a 24

1 “É preciso ressaltar que, através dos tempos, as
2 pessoas reduziram Machado de Assis ao classificá-lo com um
3 rótulo de *irônico* muito restrito. Sua ironia é algo maior, não
4 se trata apenas de um jogo de palavras, de uma troca
5 inteligente de colocações em um diálogo, por exemplo. Sua
6 ironia está na atmosfera na qual seus personagens e o próprio
7 autor se movem. (...)

Machado pode ser considerado, no contexto histórico
em que surgiu, um espanto e um milagre, mas o que me
8 encanta de forma mais particular é o fato de que ele estava,
9 o tempo todo, pregando peças nos leitores e nele mesmo.”

Foi assim que o mais importante crítico literário do
10 mundo, o norte-americano Harold Bloom, 77, classificou
11 Machado de Assis quando elencou, em **Gênio — Os 100**
12 **Autores Mais Criativos da História da Literatura** (Ed.
13 Objetiva, 2002), os melhores escritores do mundo segundo
14 seus critérios e gosto particular.

Sylvia Colombo. In: **Folha de S.Paulo**, caderno **Mais!**, 27/1/2008 (com adaptações).

Texto II — para as questões de 24 a 28

1 Às vésperas do centenário de sua morte (29 de
2 setembro de 1908), Machado de Assis continua a ser uma
3 presença inquietante. Embora ocupe lugar central e mais ou
4 menos indisputado na história da literatura produzida no
5 Brasil, o escritor e sua obra ainda hoje guardam algo do
6 caráter excêntrico, inclassificável e surpreendente que
7 assombrou seus primeiros críticos.

Quem era Machado de Assis no século XIX? Um
8 grande poeta, homem de teatro e crítico, que também se
9 dedicou à crônica, ao conto e ao romance, mantendo em seus
10 escritos uma postura indiferente às grandes questões do seu
11 tempo. Fino ironista que, do alto de sua torre de marfim,
12 expedia escritos em linguagem levemente arcaizante e
13 estrangeirada, mais condizente com a literatura de outros
14 séculos do que com o que então se produzia nas capitais
15 literárias do mundo.

Quem é Machado de Assis hoje? O maior contista e
romancista brasileiro do século XIX, não só profundamente
16 interessado pelas questões de seu tempo e lugar, mas talvez o
17 mais agudo e radical crítico das instituições sociais e políticas
18 do Brasil do Segundo Reinado. Um escritor que nunca se
19 furtou ao corpo-a-corpo com seus leitores, colaborando com
20 jornais e revistas, participando ativamente dos círculos
21 literários, e que teria antecipado na sua escrita procedimentos
22 das vanguardas do século XX, se é que não foi um pós-
23 moderno *avant la lettre*.

Entre aquele escritor alienado e retrógrado do século
24 XIX e o escritor engajado e quase “vanguardista” de algumas
25 leituras de hoje, uma pequena multidão de críticos procurou
26 entender esse fenômeno improvável no acanhado ambiente
27 literário e cultural do Brasil — tão improvável que até os mais
28 materialistas falaram em milagre.

Hélio de Seixas Guimarães. **Presença inquietante**.
In: **Folha de S.Paulo**, 27/1/2008 (com adaptações).

QUESTÃO 22

A respeito das estruturas lingüísticas do texto I, assinale a opção correta.

- A No segundo parágrafo do texto, o termo ‘o’ que precede ‘que’ (l.9), ‘fato’ (l.10) e ‘tempo’ (l.11) classifica-se como artigo nas três ocorrências.
- B O isolamento da expressão ‘de forma mais particular’ (l.10) por meio de vírgulas tornaria o trecho gramaticalmente incorreto.
- C O pronome ‘me’ (l.9) funciona como complemento indireto da forma verbal “encanta” (l.10).
- D No último período do texto, destaca-se o emprego do superlativo.
- E No terceiro parágrafo do texto, a conjunção **portanto** poderia substituir o termo “assim” (l.12), sem prejuízo para a coesão e a coerência textuais.

QUESTÃO 23

Com referência às idéias do texto I, assinale a opção correta.

- A Depreende-se do texto que, só recentemente, leitores e críticos conseguiram identificar a ironia na obra de Machado de Assis.
- B De acordo com Harold Bloom, predominam, na caracterização da ironia de Machado de Assis, aspectos psicológicos que envolvem elementos constitutivos da narrativa além de formas criativas de linguagem.
- C Infere-se do texto que sua autora considera fascinante a forma como Machado de Assis se divertia consigo mesmo e com os leitores.
- D Segundo informações apresentadas no texto, os melhores escritores do mundo elegeram Machado de Assis como um gênio da literatura.
- E De acordo com o texto, o gosto particular e os critérios de reconhecidos críticos literários no mundo foram decisivos para a inclusão de Machado de Assis na obra **Gênio — Os 100 Autores Mais Criativos da História da Literatura**.

QUESTÃO 24

Cada uma das opções abaixo reproduz trechos dos textos I e II, respectivamente. Assinale a opção em que os trechos apresentados evidenciam que um texto é, explicitamente, o intertexto do outro.

- A ‘É preciso ressaltar que, através dos tempos, as pessoas reduziram Machado de Assis ao classificá-lo com um rótulo de *irônico* muito restrito’ (l.1-3)
“Um escritor que nunca se furtou ao corpo-a-corpo com seus leitores, colaborando com jornais e revistas, participando ativamente dos círculos literários” (l.21-24)
- B ‘Sua ironia é algo maior, não se trata apenas de um jogo de palavras, de uma troca inteligente de colocações em um diálogo, por exemplo’ (l.3-5)
“Fino ironista que, do alto de sua torre de marfim, expedia escritos em linguagem levemente arcaizante e estrangeirada” (l.12-14)
- C ‘Sua ironia está na atmosfera na qual seus personagens e o próprio autor se movem’ (l.5-7)
“Um grande poeta, homem de teatro e crítico, que também se dedicou à crônica, ao conto e ao romance, mantendo em seus escritos uma postura indiferente às grandes questões do seu tempo” (l.8-12)
- D ‘Machado pode ser considerado, no contexto histórico em que surgiu, um espanto e um milagre’ (l.8-9)
“uma pequena multidão de críticos procurou entender esse fenômeno improvável no acanhado ambiente literário e cultural do Brasil — tão improvável que até os mais materialistas falaram em milagre” (l.29-32)
- E “Foi assim que o mais importante crítico literário do mundo, o norte-americano Harold Bloom, 77, classificou Machado de Assis quando elencou, em **Gênio — Os 100 Autores Mais Criativos da História da Literatura** (Ed. Objetiva, 2002), os melhores escritores do mundo segundo seus critérios e gosto particular” (l.12-17)
“Embora ocupe lugar central e mais ou menos indisputado na história da literatura produzida no Brasil” (l.3-5)

QUESTÃO 25

Com referência às idéias do texto II, assinale a opção correta.

- Ⓐ Atualmente, após inúmeros estudos críticos da literatura brasileira, Machado de Assis é um autor totalmente conhecido pelo público leitor e suas obras deixaram de ser provocativas.
- Ⓑ No século XIX, as obras produzidas nas capitais literárias do mundo apresentavam linguagem condizente com a literatura de séculos passados.
- Ⓒ De acordo com o desenvolvimento das idéias do texto, o sentido do trecho “postura indiferente às grandes questões de seu tempo” (ℓ.11-12) é ratificado em “do alto de sua torre de marfim, expedía escritos” (ℓ.12-13).
- Ⓓ O fato de Machado de Assis ter sido considerado, no século XIX, um dos maiores críticos da sociedade brasileira de sua época resultou da interpretação de sua obra pela crítica literária.
- Ⓔ Depreende-se do texto que a situação cultural brasileira, na época do Segundo Reinado, favorecia o surgimento de escritores vanguardistas.

QUESTÃO 26

Acerca de aspectos da estrutura argumentativa do texto II, assinale a opção correta.

- Ⓐ A principal estratégia utilizada pelo autor para fortalecer a argumentação é a da construção de parágrafos que apresentam a mesma idéia, reescrita de diferentes formas.
- Ⓑ Na argumentação do autor, predomina o recurso a opiniões do senso comum a respeito de Machado de Assis, em contraste com pontos de vista de críticos literários.
- Ⓒ As perguntas apresentadas nas linhas 8 e 17 foram feitas para que o leitor, no decorrer da leitura do texto, construa as próprias respostas a respeito de Machado de Assis.
- Ⓓ No trecho “Entre aquele escritor alienado e retrógrado do século XIX e o escritor engajado e quase ‘vanguardista’ de algumas leituras de hoje” (ℓ.27-29), os qualificativos referentes a Machado de Assis resumem as principais características desse escritor apresentadas no segundo e no terceiros parágrafos.
- Ⓔ Um dos objetivos principais do texto é informar a data do centenário da morte de Machado de Assis, já que ele é um dos maiores escritores brasileiros.

QUESTÃO 27

A respeito das estruturas lingüísticas do texto II, assinale a opção correta.

- Ⓐ De acordo com a gramática normativa da língua portuguesa, o emprego da vírgula no primeiro período do texto não tem justificativa gramatical.
- Ⓑ No período “Embora (...) críticos” (ℓ.3-7), a idéia de concessão é introduzida pela palavra “ainda” (ℓ.5), empregada na oração principal.
- Ⓒ As palavras “inquietante” (ℓ.3), “indisputado” (ℓ.4) e “inclassificável” (ℓ.6) classificam-se como adjetivos, os quais são formados por um mesmo prefixo, mas por sufixos diferentes.
- Ⓓ O pronome relativo “que” (ℓ.6) refere-se a “o escritor” (ℓ.5).
- Ⓔ Nas orações “colaborando com jornais e revistas, participando ativamente dos círculos literários” (ℓ.22-24), ambos os verbos estão empregados sem complemento.

QUESTÃO 28

No texto II, em “nunca se furtou ao corpo-a-corpo com seus leitores” (ℓ.21-22), o termo grifado está empregado na mesma acepção que em

- Ⓐ Os meninos não se negaram ao corpo-a-corpo com seus adversários, mas saíram arranhados e com as roupas rasgadas.
- Ⓑ Os advogados negaram-se ao corpo-a-corpo sobre o caso antes que o julgamento se iniciasse.
- Ⓒ Só no corpo-a-corpo com o animal, o caçador percebeu que estava sem sua arma.
- Ⓓ A maioria dos lutadores aplica o corpo-a-corpo com frequência nos ringues.
- Ⓔ Os passageiros do ônibus chegaram ao corpo-a-corpo depois da disputa pelo melhor assento.

QUESTÃO 29

Assinale a opção em que o fragmento de texto **não** apresenta ambigüidade.

- Ⓐ Ao realizar o casamento civil coletivo de casais, um programa social do governo visa concretizar o anseio daqueles que não tiveram a oportunidade de legitimar sua vida conjugal e efetivar, de certa forma, a inclusão social, resgatando, entre outros aspectos, a auto-estima.
- Ⓑ O principal intuito da futura lei é estabelecer, de forma inequívoca, que o valor probante dos documentos eletrônicos não é menor que o dos impressos.
- Ⓒ Os casos previstos em leis que exijam intimação ou vista pessoal não podem ser supridos por meio virtual.
- Ⓓ O advogado informou à empresa requerente que sua decisão havia sido considerada pelo juiz.
- Ⓔ Um juiz que recebe carta precatória a respeito de um caso conhece menos a causa que o juiz titular do caso, portanto somente esse juiz tem competência para decidir a questão.

QUESTÃO 30

Assinale a opção em que as palavras grifadas mantêm, entre si, a relação semântica indicada entre parênteses.

- Ⓐ Todos os réus foram julgados sem discriminação. Nos processos não houve ato algum de discriminação. (paronímia)
- Ⓑ A lei caracteriza algumas ações e as define como crimes. Esses delitos são classificados de acordo com o tipo de bem que atingem, material ou imaterial. (hiperonímia/hiponímia)
- Ⓒ O crime já foi definido como toda conduta humana que infringisse a lei penal. Nesse sentido, o indivíduo que transgredisse essa lei deveria ser punido. (homonímia)
- Ⓓ A dissidência nem sempre impossibilita a conciliação. (sinonímia)
- Ⓔ A delação constrangeu os jurados, o que motivou a dilação do julgamento pelo juiz. (antonímia)

Texto para as questões 31 e 32

Rio, 15 de agosto de 1907.

Domício da Gama

1 Não sei se já aí chegaram notícias da Reforma
Orthográfica... (Aí deixo, nestes maiúsculos e
nestes h h, o meu espanto e a minha intransigência
4 etimológica!). Realmente, depois de tantos anos de
alarmante silêncio, a Academia fez uma coisa
assombrosa: trabalhou! Trabalhou deveras durante
7 umas três dúzias de quintas-feiras agitadas — e, ao
cabo, expeliu a sua obra estranhamente mutilada, e
penso que abortícia. Há ali coisas inviáveis: a exclusão
10 sistemática do y, tão expressivo na sua forma de âncora
a ligar-nos com a civilização antiga, e a eliminação
completa do k, o hierático k.

13 Como poderei eu, rude engenheiro, entender o
quilômetro sem o k, o empertigado k, com as suas duas
pernas de infatigável caminhante, a dominar distâncias?
16 Mas decretou a enormidade; e terei, doravante, de
submeter-me aos ditames dos mestres.

Trecho de carta de Euclides da Cunha para Domício da Gama. In: Renato Lemos (Org.). *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 223.

QUESTÃO 31

Depreende-se do texto que, na época em que foi escrita a carta,

- A a variação lingüística era considerada como um fenômeno inerente às línguas em geral, como manifesta o remetente da carta no emprego da expressão “a minha intransigência etimológica” (l.3-4).
- B havia um padrão lingüístico estabelecido, tal como ocorre atualmente, a ser seguido pelos usuários da língua, como evidencia o trecho “submeter-me aos ditames dos mestres” (l.17).
- C a variação lingüística era um conceito de língua especificamente relacionado à escrita, em especial, às mudanças de grafia das palavras, tal como se concebe atualmente.
- D a “Academia” estava atenta às mudanças da língua escrita e da fala, mas procrastinava as decisões, que acabavam por não atender às necessidades do momento em que eram divulgadas.
- E já era refutada a crença de que existe uma única língua, tal como ocorre atualmente, após a introdução, nos estudos lingüísticos, do conceito de variação lingüística.

QUESTÃO 32

Assinale a opção que **não** apresenta exemplo de emprego de linguagem figurada no texto.

- A “expeliu a sua obra” (l.8)
- B “penso que abortícia” (l.9)
- C “exclusão sistemática” (l.9-10)
- D “o empertigado k” (l.14)
- E “infatigável caminhante” (l.15)

QUESTÃO 33

Os itens a seguir, na ordem em que são apresentados, são partes contíguas e sucessivas de um texto adaptado de David R. Olson (**O Mundo do Papel — As Implicações Conceituais e Cognitivas da Leitura e da Escrita**. Coleção Múltiplas Escritas. 1.ª ed. São Paulo: Ática, 1997, p. 17). Julgue-os quanto à coerência e à correção gramatical.

- I Não podem haver dúvidas de que uma característica importante das sociedades modernas é a ubiqüidade da escrita.
- II Quase nenhum evento significativo, das declarações de guerra aos simples cumprimentos de aniversário, prescindem de documentação escrita apropriada.
- III Os contratos são selados por meio de uma assinatura escrita: as mercadorias nos mercados, os nomes das ruas, as sepulturas — tudo tem inscrições.
- IV As atividades complexas são todas registradas, sejam em livros de modelos de crochê, sejam em manuais de programas de computador ou livros de receitas culinárias.
- V O crédito de uma invenção depende do registro de uma patente escrita, bem como o de uma realização científica depende de sua publicação.
- VI E dizem que o lugar que vão ocupar no céu ou no inferno dependem do que está escrito no Livro da Vida.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 34

Os fragmentos a seguir são trechos de um texto, adaptado de David R. Olson (*Op. cit.*, p. 107-8), mas estão ordenados aleatoriamente.

- I É isso que leva muitos dos que escrevem a pensar no alfabeto, erroneamente, como uma simples cifra do falado.
- II Assim, para a pessoa que domina uma escrita alfabética, a fala parece composta de uma seqüência de fonemas, representados pelas letras do alfabeto.
- III A escrita passou a ser tomada como modelo para a fala; tudo o que é representado na escrita se torna objeto de conhecimento ou percepção para a pessoa proficiente naquela escrita.
- IV O alfabeto, em particular, é habitualmente elogiado pela sua capacidade de transcrever tudo o que pode ser dito, e de representar quaisquer intenções de quem fala ou escreve.
- V Diferentemente das enunciações orais, que tendem a indicar tanto o que se disse como o modo como isso deve ser entendido, as enunciações escritas não tendem a especificar somente o primeiro aspecto.
- VI Além disso, o modelo fornecido pela escrita tende a ser visto como uma representação completa do que é dito.

Considerando que a organização de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, assinale a opção correta.

- A O texto poderia ser corretamente iniciado tanto pelo fragmento I quanto pelo fragmento III.
- B Os fragmentos II e III, nessa ordem, poderiam iniciar o texto.
- C O fragmento VI, por iniciar-se com remissão a algo que já teria sido declarado, não poderia iniciar o texto.
- D Em uma seqüência coesa e coerente, os fragmentos II e VI, nessa ordem ou em ordem decrescente, poderiam iniciar o texto.
- E No fragmento V, o termo “o primeiro” remete à expressão “uma representação completa do que é dito”, no fragmento VI.

QUESTÃO 35

1 Para as pessoas que dominam a escrita, que tomam a linguagem escrita como padrão e norma, é difícil imaginar que ela represente apenas uma parte da expressão oral: fonemas, palavras, frases. É preciso um esforço especial para perceber que a versão escrita não é uma representação completa das intenções de quem fala ou escreve. A maioria dos leitores é atormentada pela crença de que os textos significam exatamente o que dizem; acredita que a intenção comunicativa, que é inferida, está tão dada quanto a forma verbal.

David R. Olson. *Op. cit.*, p. 111 (com adaptações).

Com relação ao fragmento de texto acima, assinale a opção correta.

- A As expressões “as pessoas que dominam a escrita” (l.1) e “A maioria dos leitores” (l.6) são sinônimos contextuais, razão por que, com as devidas adaptações de grafia, podem ser intercambiadas sem que haja alteração nas idéias do texto nem prejuízo à sua estrutura sintática.
- B Por ser restritiva, a oração “que tomam (...) padrão e norma” (l.1-2) poderia, sem mudança do sentido do texto, ser iniciada com a expressão **mas apenas para as**.
- C De acordo com as relações de referência estabelecidas no texto, na linha 2, o termo “ela” refere-se a “norma”.
- D Considerando que, na linha 3, o sinal de dois-pontos introduz uma enumeração em que o sentido dos termos está em ordem crescente, seria coerente inserir nessa enumeração o termo **silaba** imediatamente antes de “fonemas” (l.3).
- E A correção gramatical do texto seria preservada caso o paralelismo de gênero e número estabelecido entre “é atormentada” (l.6) e “acredita” (l.7) fosse substituído por **são atormentados e acreditam**.

Textos para as questões 36 e 37**Texto I****Marketing**

1 estratégia empresarial de otimização de lucros mediante adequação da produção e oferta de suas mercadorias ou serviços às necessidades e preferências dos consumidores, para isso recorrendo a pesquisas de mercado, *design* de produtos, campanhas publicitárias, atendimentos pós-venda etc.

2 Derivação: por metonímia.

o conjunto dessas atividades; composto de *marketing*, *marketing mix*;

3 conjunto de ações, estrategicamente formuladas, que visam influenciar o público quanto a determinada idéia, instituição, marca, pessoa, produto, serviço etc.

Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, 2001.

Texto II

O estudo do público, isto é, dos mercados, é de três ordens — econômico, psicológico e propriamente social. Isto é, para entrar em um mercado, seja doméstico ou estrangeiro, é preciso:

- 1 saber as condições de aceitação econômica do artigo, e aquelas em que trabalha, e em que oferece, a concorrência;
- 2 conhecer a índole dos compradores, para, à parte questões de preço, saber qual a melhor forma de apresentar, de distribuir e de reclamar o artigo;
- 3 averiguar quais são as circunstâncias especiais, se as houver, que, de ordem profunda e social ou política, ou superficial e de moda ou de momento, obrigam a determinadas correções no resultado dos dois estudos anteriores.

Fernando Pessoa. **Alguma prosa**. Cleonice Berardinelli (Org.). 5.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 224-5 (com adaptações).

QUESTÃO 36

Considerando a leitura comparativa dos textos I e II, assinale a opção correta.

- A Ambos os textos tratam do mesmo tema, *marketing*: o primeiro tem características dissertativas, enquanto o segundo, até por ser produzido por um escritor, Fernando Pessoa, é essencialmente narrativo.
- B Apesar de terem tipologias textuais diferentes, há correspondência temática biunívoca entre os três tópicos de ambos os textos.
- C Ao “conjunto de ações, estrategicamente formuladas” mencionado no item 3 do texto I corresponde a averiguação proposta no item 3 do texto II.
- D É correto inferir uma relação intertextual de sinonímia entre a expressão “mercadorias ou serviços” no tópico 1 do texto I e o vocábulo “artigo” no tópico 1 do texto II.
- E Embora tratem do mesmo tema, os textos se opõem: o primeiro apresenta uma visão crítica a respeito do *marketing*, enquanto o segundo posiciona-se claramente a favor da adoção das estratégias de *marketing* na atividade comercial.

QUESTÃO 37

Ainda considerando a leitura comparativa dos textos I e II, assinale a opção correta.

- A Recorrendo-se a “pesquisas de mercado”, tópico 1 do texto I, é possível realizar o “estudo do público” mencionado no primeiro parágrafo do texto II.
- B O texto II é incoerente ao enumerar “três ordens” e desdobrá-las em apenas duas ordens no tópico 3: “ordem profunda” e ordem “superficial”.
- C De acordo com a argumentação do texto II, é correto inferir que o binômio “doméstico ou estrangeiro” corresponde a nacional ou estrangeiro.
- D No tópico 2 do texto II, expressão “à parte questões de preço”, por estar isolada entre vírgulas, tem caráter explicativo, acessório, e, por isso, pode ser eliminada sem que haja alteração nas idéias do texto.
- E No tópico 2 do texto II, a forma verbal “reclamar” tem o sentido de **exigir**.

Texto para as questões de 38 a 40

Mesmo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancione o projeto de lei que torna obrigatória a realização, no curso do processo penal, de interrogatórios de réus presos por meio de videoconferências, vai acabar no STF a discussão sobre a constitucionalidade da medida — já em prática em alguns estados e no DF.

Os ministros têm opiniões conhecidas divergentes sobre a questão. Quatro integrantes da 2.^a Turma entenderam, no julgamento de um *habeas corpus*, que esse tipo de interrogatório viola os princípios da ampla defesa e do devido processo legal.

Jornal do Brasil, 4/11/2007.

QUESTÃO 38

Assinale a opção que apresenta proposta de redação que, imprimindo clareza e correção gramatical ao texto, desfaz a ambigüidade do segmento “o projeto de lei que torna obrigatória a realização, no curso do processo penal, de interrogatórios de réus presos por meio de videoconferências”.

- A o projeto de lei que torna obrigatória, no curso do processo penal, a realização de interrogatórios por meio de videoconferências de réus presos
- B o projeto de lei que torna a videoconferência obrigatória nos interrogatórios de réus presos no curso do processo penal
- C o projeto de lei, que no curso do processo penal, torna obrigatória a realização de interrogatórios por meio de videoconferências
- D o projeto de lei que torna obrigatória, no curso do processo penal de réus presos, a realização de interrogatório por meio de videoconferências
- E o projeto de lei de videoconferência, que torna obrigatório no curso do processo penal, o interrogatório, por meio da mesma, de réus presos

QUESTÃO 39

Assinale a opção que apresenta argumento que pode ser considerado favorável à sanção do projeto de lei mencionado no texto.

- A Caso o defensor público ou advogado do réu fique no estabelecimento prisional, ao lado do acusado, ele estará impossibilitado de realizar a necessária fiscalização do ato processual.
- B Caso o defensor público ou advogado do réu permaneça na sede do juízo, ao lado dos demais sujeitos processuais, será inviável que ele obtenha de pronto as informações necessárias ao exercício do contraditório e da ampla defesa.
- C Os tratados internacionais que determinam a apresentação do preso, em prazo razoável, diante do juiz, para ser ouvido, com as devidas garantias, foram ratificados pelo Brasil.
- D O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (órgão federal) repudia o projeto de lei que propõe que réus presos sejam interrogados por meio de videoconferência.
- E Estima-se que atinja a cifra de R\$ 250 mil o gasto público com idas e vindas do traficante Fernandinho Beira-Mar ao Rio de Janeiro, para comparecer a interrogatórios.

QUESTÃO 40

Assinale a opção que apresenta um período que poderia finalizar o segundo parágrafo, mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto.

- A Apesar disso, no mês anterior, a ministra Ellen Gracie, em plantão durante o recesso do Poder Judiciário, indeferiu liminar em recurso proposto por réu preso em São Paulo, no entendimento que essa prática ofende à primeira vista, garantia constitucional.
- B Um mês antes, no entanto, a ministra Ellen Gracie — que estava de plantão durante o recesso do Poder Judiciário — havia negado liminar em recurso proposto por um réu preso em São Paulo, por entender que tal prática não ofende à primeira vista, garantia constitucional.
- C Conquanto a presidenta desse mesmo tribunal, ministra Ellen Gracie, tenha recusado, um mês antes, liminar em recurso proposto por um réu preso em São Paulo, em face de a referida prática não violar, em um primeiro exame, garantia constitucional.
- D Contudo, a ministra Ellen Gracie, que estava de plantão, durante o recesso do Poder Judiciário acatou liminar em recurso proposto por um réu preso em São Paulo, por entender que tal prática ofendia, em um primeiro exame, garantia constitucional.
- E Tendo, inclusive, a ministra Ellen Gracie, que estava de plantão durante o recesso judiciário, acatado liminar em recurso proposto por um réu preso em São Paulo, argumentando que a prática de interrogatório por videoconferência não viola garantia constitucional.

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 41

Acerca dos princípios informativos do direito administrativo, assinale a opção correta.

- A A previsibilidade no emprego do poder, por instituições e órgãos, previamente estabelecidos, não decorre do princípio da segurança jurídica.
- B Pelo princípio da motivação, é possível a chamada motivação *aliunde*, ou seja, a mera referência, no ato, à sua concordância com anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, como forma de suprimento da motivação do ato.
- C O princípio da ampla defesa e do contraditório tem sua aplicação, no âmbito administrativo, limitada aos processos administrativos punitivos.
- D A publicidade é elemento formativo do ato administrativo, uma vez que, sem ela, o ato não chega a se formar e, por isso, não pode gerar efeitos.
- E A violação ao princípio da finalidade não gera o chamado abuso de poder, que é aplicado nos casos em que o ato administrativo é praticado por agente incompetente.

QUESTÃO 42

Maria, que é diretora não-empregada de uma sociedade de economia mista federal, com sede no estado do Rio de Janeiro, é a responsável pela área de contratos dessa empresa. Veiculou-se, na imprensa, que essa sociedade estaria firmando um contrato com o TJRJ.

Tendo como referência a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca da administração direta e indireta.

- A Maria será regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
- B O TJRJ compõe a chamada administração pública direta, sendo um órgão independente.
- C Eventual conflito judicial, no que se refere ao cumprimento do referido contrato, não havendo foro de eleição, deverá ser julgado pela justiça estadual.
- D As sociedades de economia mista são criadas por lei específica, devendo registrar os seus atos constitutivos em cartório como forma de aquisição de personalidade jurídica.
- E As sociedades de economia mista são imunes aos impostos.

QUESTÃO 43

Tânia, que é professora em uma escola secundária do município do Rio de Janeiro, foi aprovada, na 29.^a colocação, em concurso público para o provimento de cargo de analista judiciário do TJRJ, cujo edital não prevê qualquer formação específica, mas apenas formação em nível superior, com 30 vagas, sendo 5% para os portadores de deficiência física. Pedro foi aprovado em segundo lugar nas vagas para deficientes físicos.

Com referência à situação acima apresentada e acerca dos servidores públicos e dos precedentes dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A Sendo nomeado, Pedro fará jus a ser empossado na segunda vaga para os deficientes físicos.
- B Tânia, sendo servidora municipal, poderá acumular o seu cargo efetivo com o cargo efetivo de analista judiciário, indiscriminadamente, uma vez que este é considerado cargo técnico científico, mesmo não exigindo qualquer formação específica de conhecimento.
- C É pacífica a jurisprudência do STF de que o candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas, fará jus a ser provido no respectivo cargo.
- D Caberá ao governador do estado do Rio de Janeiro empossar Tânia ou Pedro.
- E A remuneração do cargo de analista judiciário, mesmo sendo este organizado em carreira, não poderá ser fixada em subsídio.

QUESTÃO 44

Acerca dos agentes públicos, assinale a opção correta.

- A Os delegados de serviço notarial e de registro, uma vez que são selecionados por meio de concurso público, são considerados servidores públicos propriamente ditos.
- B A moderna doutrina arrola os juízes como agentes políticos, por exercerem também uma parcela da soberania do Estado.
- C Aqueles que são contratados para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público são considerados, segundo legislação, como empregados públicos e são regidos exclusivamente pela CLT.
- D Aqueles que são contratados para atender necessidade temporária de excepcional interesse público devem ser selecionados por meio de concurso público.
- E Segundo a doutrina, os funcionários das concessionárias de serviço público não podem ser considerados agentes em colaboração com o poder público.

Texto para as questões 45 e 46

O governador do estado do Rio de Janeiro emitiu um decreto, para fiel execução das leis, após aprovação de parecer da procuradoria-geral do estado, disciplinando a lei X. No entanto, entendeu-se, após o mesmo gerar os efeitos que dele se esperava, que o referido decreto, em alguns pontos, estaria ultrapassando os limites legais, regulando matéria que não estava contida na lei X.

QUESTÃO 45

Na situação hipotética descrita no texto, o decreto emitido apresenta vício de

- A competência.
- B objeto.
- C finalidade.
- D motivo.
- E forma.

QUESTÃO 46

Ainda a respeito do decreto citado no texto e acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A É pacífico o entendimento de que os decretos não são considerados atos administrativos, pois são, em verdade, atos normativos secundários.
- B É pacífico o entendimento de que os pareceres são atos administrativos opinativos.
- C Diante do princípio da legalidade, o decreto em tela pode ser declarado ilegal pela própria administração, deixando-o de aplicar, já que extrapola os limites da lei.
- D O vício contido no referido decreto pode ser reconhecido pelo Poder Judiciário, hipótese em que deve reconhecer a sua nulidade, no caso concreto, apenas na parte em que extrapolou os limites legais.
- E O vício contido no referido decreto pode ser reconhecido pelo próprio governador, que deverá revogar o referido decreto, por vício de ilegalidade.

QUESTÃO 47

Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo ele propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos.
- B O Ministério Público abrange o Ministério Público da União e os ministérios públicos estaduais e do DF e territórios.
- C Aos membros do Ministério Público, ao contrário do que ocorre com os membros da magistratura, não é vedado o exercício de atividade político-partidária.
- D Às defensorias públicas são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- E À Advocacia-Geral da União compete representar a União, as autarquias e as fundações, judicial e extrajudicialmente.

QUESTÃO 48

Acerca do processo administrativo, assinale a opção correta.

- A A CF expressamente preceitua que a todos, no âmbito administrativo e judicial, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- B Considere a seguinte situação hipotética. Bruno, servidor público, teve a sua conversa telefônica gravada por Solange, gerente de uma empresa prestadora de serviços, na qual Bruno solicitava R\$ 15.000,00 de propina para autorizar a prorrogação do contrato dessa prestadora. Nessa situação, a referida conversa telefônica, uma vez que não foi autorizada judicialmente, não pode ser admitida em processo administrativo disciplinar instaurado contra Bruno.
- C Considere a seguinte situação hipotética. Iara, servidora pública, passou a receber determinada quantia em seu contracheque. Em consulta formulada ao respectivo setor, foi-lhe informado que aquela quantia era de fato devida, já que fundada em uma nova interpretação da lei conferida pela administração. No entanto, dois anos depois, houve mudança na interpretação daquele dispositivo legal. Nessa situação, a administração poderá, de imediato, de acordo com a prevalência do interesse público sobre o privado, cassar o pagamento da mencionada quantia, independentemente de manifestação de Iara.
- D Considere a seguinte situação hipotética. Breno foi punido com a pena administrativa de demissão do serviço público. No entanto, nos autos da ação penal movida pelo Ministério Público, a justiça absolveu Breno, sob o fundamento de que não havia provas nos autos de sua participação no mesmo evento que gerou a sua demissão. Nessa situação, Breno deverá ser reintegrado no cargo.
- E Considere a seguinte situação hipotética. Fábio requereu a sua aposentadoria no TJRJ, a qual foi deferida em janeiro de 2006. No entanto, em março de 2007, o TCE/RJ negou registro a essa aposentadoria, sob o fundamento de que faltavam ainda 3 meses de trabalho, e determinou o retorno de Fábio. Nessa situação, o TCE/RJ violou o direito de Fábio ao contraditório e à ampla defesa.

QUESTÃO 49

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da CF, não podendo a lei criar qualquer forma de distinção.
- B O direito fundamental à honra se estende às pessoas jurídicas.
- C A inviolabilidade do domicílio não alcança o fisco, quando na busca de identificação da ocorrência de fato gerador dos tributos por ele fiscalizados.
- D A vedação ao anonimato impede o sigilo da fonte, mesmo quando necessário ao exercício profissional.
- E As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente, mas não no contencioso administrativo.

QUESTÃO 50

Ainda acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A** A garantia ao direito de herança é um direito fundamental, que não pode ser restringido pela legislação infraconstitucional.
- B** São inafiançáveis os crimes de ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, de racismo, de prática da tortura, de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, de terrorismo e os definidos como crimes hediondos.
- C** Conceder-se-á *habeas corpus* para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- D** Conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- E** Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

QUESTÃO 51

Acerca dos princípios fundamentais da CF, julgue os itens a seguir.

- I A República é uma forma de Estado.
- II A federação é uma forma de governo.
- III A República Federativa do Brasil admite o direito de secessão, desde que esta se faça por meio de emenda à CF, com três quintos, no mínimo, de aprovação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
- IV São poderes da União, dos estados e do DF, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.
- V A expressão “Estado Democrático de Direito”, contida no art. 1.º da CF, representa a necessidade de se providenciar mecanismos de apuração e de efetivação da vontade do povo nas decisões políticas fundamentais do Estado, conciliando uma democracia representativa, pluralista e livre, com uma democracia participativa efetiva.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

QUESTÃO 52

Acerca da organização do Estado, assinale a opção correta.

- A** É de competência concorrente entre a União, os estados, o DF e os municípios legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais.
- B** Lei do estado do Rio de Janeiro que disponha acerca de custas e serviços forenses não se submeterá ao regime constitucional da legislação concorrente.
- C** Os estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- D** O prefeito é obrigado a promover o repasse dos recursos financeiros destinados à câmara de vereadores até o dia 20 de cada mês. No entanto, a ausência do repasse até essa data não constitui crime de responsabilidade.
- E** O DF, vedada sua divisão em municípios, reger-se-á por sua constituição, que, aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, será promulgada, desde que atendidos os princípios estabelecidos na CF.

QUESTÃO 53

Diante da necessidade de se desenvolver economicamente um município, Tibério, seu prefeito, criou, por meio de decreto, o programa denominado Plano Tibério de Desenvolvimento do Município, e aproveitou a mesma oportunidade para criar 20 cargos públicos que seriam providos por meio de concurso público. Fez publicar, logo depois, edital de concurso público para provimento desses cargos efetivos, com prazo de validade do concurso em oito meses, prorrogáveis. Foram aprovadas 14 pessoas.

Tendo como referência a situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta acerca da administração pública.

- A** O prazo de validade do concurso em tela poderá ser prorrogado, desde que não ultrapasse o prazo total de até 4 anos.
- B** Após a primeira prorrogação do referido concurso, um novo concurso poderá ser iniciado, antes mesmo do transcurso total do prazo de validade do concurso anterior e da posse dos 14 aprovados, sem que se esteja violando a CF.
- C** O nome dado ao programa de desenvolvimento não viola a CF, uma vez que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter por finalidade o atingimento do seu fim último.
- D** Se Tibério for condenado por ato de improbidade, não haverá sanção, desde que ele pague, com recursos próprios, os prejuízos causados ao erário.
- E** Lei municipal não poderá disciplinar a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes do citado órgão, sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade aos seus servidores.

QUESTÃO 54

Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os servidores não poderão receber delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório, já que a função jurisdicional é indelegável.
- Ⓑ Aos juízes e desembargadores é vedado o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quarenta dias do afastamento do cargo, por aposentadoria ou exoneração.
- Ⓒ Ao TJRJ compete julgar os juízes do respectivo estado, bem como os seus membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, inclusive os crimes eleitorais.
- Ⓓ O TJRJ tem autonomia administrativa e financeira, devendo elaborar a sua própria proposta orçamentária, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os outros poderes, na lei de diretrizes orçamentárias, encaminhando-a por meio de seu presidente.
- Ⓔ Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações por parte do TJRJ que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, mesmo que mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

QUESTÃO 55

Ainda acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caberá recurso de apelação endereçado ao respectivo tribunal de justiça contra sentença proferida por juiz de direito, mesmo quando este atua no exercício de competência da justiça federal.
- Ⓑ O CNJ é composto apenas por membros do Poder Judiciário e tem competência, entre outras, para exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- Ⓒ Compete ao STF julgar mandado de segurança contra ato ilegal e abusivo praticado pelo CNJ.
- Ⓓ Compete ao STJ julgar as causas e os conflitos entre a União e os estados, a União e o DF, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- Ⓔ Compete à União fixar, por meio de lei ordinária, o valor das obrigações de pequeno valor que a fazenda federal, estadual, distrital ou municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado, independentemente de precatório.

QUESTÃO 56

Quanto aos meios de prova no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cabe ao autor o ônus da prova, exceto quando as partes, no curso do processo, convencionarem de modo diverso. Se o ônus da prova do fato, em determinado processo, cabe ao autor, somente ele tem legitimidade para requerer a produção de tal prova.
- Ⓑ Caso seja deferida a realização da prova pericial e posteriormente seja julgada antecipadamente a lide, a sentença proferida nesse processo padecerá de nulidade absoluta por cerceamento de defesa.
- Ⓒ Os fatos negativos são suscetíveis de prova por meio de documentos e testemunhas, cabendo o ônus probatório àquele que tiver melhores condições de dele desincumbir-se.
- Ⓓ A falsidade material consiste na ofensa à verdade devido à formação de documento falso ou a alterações introduzidas em documentos verdadeiros. Há falsidade ideológica quando, em um documento materialmente verdadeiro, são expostos fatos ou declarações inverídicas.
- Ⓔ A prova oral produzida em determinado processo entre terceiros pode ser validamente aproveitada em outro processo, na mesma forma em que foi produzida no processo originário, ou seja, como prova oral.

QUESTÃO 57

A respeito da comunicação dos atos processuais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em caso de citação por edital, o prazo fixado pelo juiz no edital não se confunde com o prazo de defesa. Realizada a citação por edital, começa a correr o prazo para contestar no primeiro dia útil seguinte ao prazo de dilação assinado pelo juiz.
- Ⓑ Se não ocorrer a citação ou se esta for inválida, o comparecimento espontâneo do réu apenas para alegar a nulidade ou a inexistência da citação procedida convalidará a nulidade ou suprirá o defeito. Nesse caso, reconhece-se como citado o réu, contando-se a partir desse comparecimento o prazo para que se apresente a contestação.
- Ⓒ Quando a citação for ficta, não comparecendo o réu para defender-se no processo, desde que se trate de direito indisponível ou que haja fundado receio da incapacidade da parte requerida, o juiz nomeará um curador especial que será responsável pela defesa do revel ou do incapaz.
- Ⓓ O réu será considerado citado quando o oficial de justiça comparecer à residência do demandado e não o encontrar, por três vezes consecutivas, em horários diferentes, inclusive depois do expediente forense. Presume-se, nesse caso, que o réu ocultou-se para não receber a citação.
- Ⓔ A intimação das partes, das testemunhas, dos auxiliares da justiça e de outras pessoas que intervêm no processo será feita por publicação no órgão oficial, devendo constar da publicação os nomes das partes ou de seus advogados, ainda que o processo tramite sob segredo de justiça ou que uma das partes seja revel.

QUESTÃO 58

Ainda quanto aos atos processuais, assinale a opção correta.

- Ⓐ É nulo o ato processual quando praticado sem a observância da forma determinada em lei, ainda que tenha alcançado a sua finalidade.
- Ⓑ Na hipótese de nulidade absoluta do ato processual, a parte prejudicada deverá, sob pena de preclusão, argüir a nulidade na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos.
- Ⓒ A distribuição dos processos por dependência, sempre autorizada pelo juiz distribuidor, será cabível em caso de continência e conexão com outra causa já ajuizada, de reconvenção, de intervenção de terceiro, e quando, tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores.
- Ⓓ A publicidade dos atos processuais é um dos princípios fundamentais do processo. Qualquer restrição ou limitação a essa garantia constitucional acarreta a nulidade do ato praticado. Por isso, as audiências se realizam a portas abertas, com acesso franqueado ao público, independentemente da matéria discutida no processo.
- Ⓔ Nos atos processuais complexos, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.

QUESTÃO 59

A respeito das partes no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ilegitimidade passiva de parte acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, por carência de ação e ausência de um dos pressupostos processuais, qual seja, a legitimidade para a causa.
- Ⓑ A capacidade de ser parte relaciona-se com a capacidade processual, ou seja, a aptidão de participar da relação processual, em nome próprio ou alheio. Têm capacidade de ser parte as pessoas naturais, as jurídicas e os entes despersonalizados.
- Ⓒ A penalidade para a aquele que praticar um ato atentatório ao exercício da jurisdição é de multa de até 20% sobre o valor da causa, ressalvados os advogados; e o valor dessa multa reverterá para a fazenda pública.
- Ⓓ Ocorre a substituição processual voluntária quando o objeto litigioso é transferido a outrem por negócio jurídico, entre vivos ou por *causa mortis*, firmados concomitantemente à formação do processo ou durante a tramitação do feito.
- Ⓔ As pessoas casadas não têm capacidade processual, pois elas dependem do consentimento do outro cônjuge para agirem judicialmente em defesa de seus direitos ou para se defenderem em juízo, salvo quando litigarem entre si.

QUESTÃO 60

Assinale a opção correta, com relação aos prazos dos atos processuais.

- Ⓐ Quando o juiz não estabelecer prazo para o cumprimento de determinado ato processual, aplica-se a regra do prazo ordinário de 48 horas.
- Ⓑ Nos feriados, nas férias forenses ou fora de horário legal, não se praticarão atos processuais, salvo no caso de citação e intimação; e ainda em caráter excepcional em razão da notória urgência e para evitar graves riscos de prejuízos e outras medidas, tais como penhora, arresto, seqüestro e abertura de testamento.
- Ⓒ Se o ato processual for daqueles que se pratica por meio de petição, a parte terá de protocolar a petição em dia útil e dentro do horário legal, ou seja, até as vinte horas do último dia do prazo, prorrogando-se, no entanto, para o dia seguinte, e no horário do expediente bancário, o recolhimento das custas processuais.
- Ⓓ O prazo preempatório é aquele que, embora fixado na lei, admite ampliação pelo juiz ou modificação por convenção das partes, desde que requerida antes do vencimento do prazo e fundamentada em motivo legítimo.
- Ⓔ Os prazos processuais são contínuos e contados com exclusão do dia do começo e do vencimento, impedindo-se, assim, a redução do prazo legal. Se a intimação for feita por meio da imprensa e a publicação ocorrer no sábado, o termo inicial da contagem do prazo ocorrerá no primeiro dia útil, ou seja, na segunda-feira.

QUESTÃO 61

Acerca da atuação do Ministério Público no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ É obrigatória a intervenção do Ministério Público nas causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte. O *parquet*, como fiscal da lei, deve ser intimado de todos os atos do processo, podendo, ainda, requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.
- Ⓑ O Ministério Público tem legitimidade ativa e passiva. Pode propor ações em nome próprio ou, nos casos expressos em lei, como representante de terceiros, bem como ser demandado, com os mesmos ônus e poderes que têm as partes litigantes.
- Ⓒ O processo em que se verificou a falta de intimação do Ministério público, quando sua intervenção era obrigatória, mesmo que a sentença seja favorável à parte tutelada pelo *parquet*, será declarado nulo de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.
- Ⓓ É obrigatória a intervenção do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, sempre que, em qualquer dos pólos da relação processual, estiver uma pessoa portadora de deficiência, um enfermo ou um idoso.
- Ⓔ O Ministério Público, quando atua como parte, quer seja ele autor quer seja réu, tem os mesmos poderes e ônus das partes. Pode confessar, transigir e prestar depoimento pessoal; no entanto, sendo vencido ou vencedor, não responde pelas despesas processuais nem por honorários de advogado.

QUESTÃO 62

Assinale a opção correta.

- A** O juiz dará curador especial ao réu preso, ao revel e também ao incapaz, ainda que este já tenha representante legal.
- B** A procuração geral para o foro habilita o advogado a ser intimado dos atos dos processos; a transigir pela parte, desde que os direitos sejam disponíveis; e a receber, em nome do réu, a citação para o processo.
- C** Os absolutamente incapazes não podem ser partes em processo judicial. No entanto, os relativamente incapazes podem participar da relação processual, como autores ou réus, mediante seu representante legal, que praticará os atos da vida civil em nome deles, substituindo-os.
- D** Ao curador especial é permitido propor ações incidentais e provocar incidentes processuais destinados ao exercício da ampla defesa.
- E** Com a suspensão do processo, nenhum prejuízo sofrem os atos processuais anteriormente praticados, que permanecem íntegros e válidos. Os prazos iniciados antes da suspensão não ficam prejudicados na parte transcorrida. Cessada a causa que motivar a paralisação do processo, o prazo se reinicia pelo restante necessário a completar o lapso legal.

QUESTÃO 63

Acerca dos juizados especiais cíveis (JECs), nos termos da Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta.

- A** Compete ao JEC a liquidação e execução de seus próprios julgados, desde que o valor a ser liquidado ou executado não seja superior a 40 salários mínimos. Nessa situação, o título executivo judicial deverá ser processado perante o juízo cível a quem couber por distribuição aleatória.
- B** Em relação aos JECs, o legislador reconheceu o princípio da oralidade como norteador do procedimento e, para a verificação da competência, considerou que o valor da causa deve corresponder ao benefício econômico que o autor poderia experimentar, no caso de procedência do pedido.
- C** É da competência absoluta do JEC o julgamento de causa que não exceda quarenta salários mínimos e cuja prova não dependa de conhecimentos técnicos que exijam perícia.
- D** Uma ação de despejo por falta de pagamento de aluguéis pode ser proposta perante o JEC, desde que o valor da causa não seja superior a quarenta salários mínimos.
- E** De sentença proferida caberá recurso no prazo de 10 dias, sendo o julgamento de competência do próprio juizado, por turma recursal. Havendo sucumbência recíproca, ao recurso interposto por qualquer das partes poderá aderir a outra parte, assim que intimada para apresentar contra-razões ao recurso principal.

QUESTÃO 64

O juiz poderá exercer jurisdição no processo criminal em que

- A** tiver funcionado seu amigo íntimo como defensor do acusado.
- B** tiver funcionado seu parente por afinidade, em linha colateral em terceiro grau, como órgão do Ministério Público.
- C** ele próprio houver servido como testemunha.
- D** ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- E** tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

QUESTÃO 65

Julgue os itens a seguir, relativos ao inquérito policial.

- I** Se a ação penal for de iniciativa privada, o inquérito será instaurado a requerimento da vítima ou de seu representante legal.
- II** Como o inquérito policial é procedimento administrativo, deverá a autoridade policial garantir o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, sob pena de haver nulidade na ação penal subsequente.
- III** O inquérito policial pode ser arquivado, de ofício, pelo juiz, por membro do Ministério Público ou pelo delegado de polícia, desde que fique comprovado que o indiciado agiu acobertado por causa excludente da antijuridicidade ou da culpabilidade.
- IV** Uma vez relatado o inquérito policial, o Ministério Público não poderá requerer a devolução dos autos à autoridade policial, ainda que entenda serem necessárias novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia. Nesse caso, deverá oferecer a denúncia desde já, requerendo ao juiz que as provas sejam produzidas no curso da instrução processual.
- V** De acordo com o Código de Processo Penal (CPP), a autoridade policial poderá decretar a incomunicabilidade do indiciado, pelo prazo máximo de três dias.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

QUESTÃO 66

Quanto à ação penal, assinale a opção correta.

- A** Salvo disposição em contrário, em caso de ação penal pública condicionada à representação, o direito de representação prescreve, para o ofendido, se ele não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que o crime foi praticado.
- B** A representação é ato formal, exigindo a lei forma especial, isto é, deve ser feita por procurador especial, em documento em que conste o crime, o nome do autor do fato e da vítima, além da assinatura do representante e do advogado legalmente habilitado.
- C** Nos crimes sujeitos à ação penal pública incondicionada, se o Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal ou se requerer o arquivamento do inquérito policial e o juiz não concordar com o pedido, será admitida ação penal privada.
- D** A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
- E** Ainda que a representação contenha elementos que habilitem o Ministério Público a promover a ação penal, não poderá o promotor oferecer denúncia imediatamente, devendo remeter a representação à autoridade policial para que esta proceda ao inquérito.

QUESTÃO 67

Em uma ronda de rotina, policiais militares avistaram Euclides, primário, mas com maus antecedentes, portando várias jóias e relógios. Consultando o sistema de comunicação da viatura policial, via rádio, os policiais foram informados de que havia uma ocorrência policial de furto no interior de uma residência na semana anterior, no qual foram subtraídos vários relógios e jóias, que, pelas características, indicavam serem os mesmos encontrados em poder de Euclides.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Euclides deverá ser preso em flagrante delito, na modalidade flagrante presumido.
- Ⓑ Euclides deverá ser preso em flagrante delito, na modalidade flagrante próprio.
- Ⓒ Euclides deverá ser preso em flagrante delito, na modalidade flagrante retardado.
- Ⓓ Euclides deverá ser preso em flagrante delito, na modalidade flagrante impróprio.
- Ⓔ Euclides não deverá ser preso, pois não há que se falar em flagrante no caso mencionado.

QUESTÃO 68

Assinale a opção correta acerca de liberdade provisória e fiança.

- Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética.
Flávio foi denunciado por estelionato e beneficiado com a liberdade provisória com fiança, prestando compromisso de comparecer perante a autoridade todas as vezes em que fosse intimado para atos da instrução criminal e do julgamento. Todavia, sem motivo justo, deixou de comparecer à audiência de oitiva de testemunhas de acusação.
Nessa situação, a fiança será havida como quebrada, mas Flávio poderá ser novamente beneficiado com a liberdade provisória com fiança, no mesmo processo, desde que ausentes os requisitos para a prisão preventiva.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética.
Beto foi preso em virtude de mandado de juiz cível, tendo em vista que foi considerado depositário infiel.
Nessa situação hipotética, poderá ser concedida fiança a Beto.
- Ⓒ Caso um indivíduo esteja no gozo de suspensão condicional da pena e venha a ser processado por crime de homicídio culposo, nessa situação, poderá ser concedida fiança a esse indivíduo, no que tange ao processo destinado a apurar o crime de homicídio culposo.
- Ⓓ A fiança pode ser prestada em qualquer momento processual, enquanto não transitar em julgado a sentença penal condenatória, e somente será concedida, pelo juiz, após prévia manifestação do Ministério Público.
- Ⓔ Em caso de prisão em flagrante pela prática de crime contra a economia popular, poderá ser concedida liberdade provisória sem fiança por decisão do juiz competente, desde que o acusado se comprometa a comparecer a todos os atos processuais para os quais for intimado.

QUESTÃO 69

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa a *habeas corpus*, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

- Ⓐ Henrique foi preso em flagrante delito por porte de arma de fogo. Oferecida a denúncia, o juiz a recebeu. Nessa situação, se for ilegal a prisão, a autoridade coatora passa a ser o juiz que recebeu a denúncia e o *habeas corpus* não poderá ser interposto por estudante de direito que não seja inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
- Ⓑ Mário foi preso em flagrante pela prática de crime de roubo. Na audiência de instrução e julgamento, constatou-se que Mário não havia sido intimado para o ato e, apesar da manifestação da defesa requerendo o adiamento do ato e a intimação regular do acusado, o juiz realizou a audiência. Nessa situação, se o tribunal conceder *habeas corpus* em face da nulidade do processo, haverá, em consequência, o trancamento da ação penal.
- Ⓒ Júlio foi denunciado pela prática de crime de furto, embora ficasse constatado que ocorrera a prescrição entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia. Nessa situação, não cabe *habeas corpus* com a finalidade de trancar a ação penal, tendo em vista que não há coação ilegal, pois Júlio não estava preso.
- Ⓓ Porfírio foi preso em flagrante pela prática de infração penal punida com pena de detenção. No entanto, a autoridade policial não lhe concedeu fiança, embora preenchidos os requisitos legais para tanto, por entender que seria conveniente para a instrução do inquérito policial a manutenção da prisão de Porfírio. Nessa situação, não há coação ilegal passível de ser sanada via *habeas corpus*.
- Ⓔ Hugo foi preso em flagrante delito e, após determinação do juiz de direito no sentido de ele ser colocado em liberdade, em face de decisão de liberdade provisória com fiança, o delegado de polícia, por má-fé, manteve Hugo preso por mais duas semanas. Nessa situação, ordenada a soltura de Hugo em virtude de *habeas corpus*, o delegado de polícia será condenado nas custas.

QUESTÃO 70

O juiz de direito substituto da 1.^a Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro recebeu denúncia em face de Tertuliano, na qual constava que, no dia 10 de fevereiro de 2007, mediante grave ameaça, exercida com emprego de arma de fogo, Tertuliano subtraiu o carro e outros bens que estavam no interior do veículo, tudo de propriedade da vítima Fabrícia. Por fim, requereu o promotor signatário da denúncia a condenação de Tertuliano nas penas do crime de furto — art. 155, *caput*, do Código Penal (CP). Após regular trâmite processual, tendo Tertuliano confessado que praticou os fatos na forma em que foram mencionados na denúncia e tendo a vítima também asseverado a veracidade de tais fatos, juntando-se aos autos, ainda, o laudo de eficiência da arma de fogo utilizada por Tertuliano e apreendida pelos policiais, as partes nada requereram em diligências (fase prevista no art. 499 do CPP). Em alegações finais, o Ministério Público pediu a condenação nos termos da denúncia e a defesa requereu a absolvição do acusado por falta de provas. O juiz sentenciou o feito, condenando o acusado nas penas do art. 157, § 2.º, inciso I, do CP — roubo qualificado pelo emprego de arma.

Nessa situação hipotética, é correto afirmar que a sentença prolatada pelo juiz de direito substituto da vara

- A é nula de pleno direito, pois houve cerceamento de defesa.
- B é relativamente nula, dependendo a declaração de nulidade da comprovação, por parte da defesa, de que houve prejuízo para o réu.
- C é inexistente, pois foi proferida por juiz de direito substituto e não pelo titular da vara.
- D é plenamente válida, tendo o juiz aplicado a norma processual relativa à *emendatio libelli*.
- E é plenamente válida, tendo o juiz aplicado a norma processual relativa à *mutatio libelli*.

LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 71**

Acerca do CODJERJ, assinale a opção correta.

- A Cada comarca compreenderá um único município e poderá compreender uma ou mais varas.
- B Os conselhos da justiça militar são órgãos do Poder Judiciário do estado.
- C A sede da comarca poderá ser transferida por ato privativo do presidente do TJRJ, independentemente de prévia aprovação do tribunal, em caso de necessidade ou relevante interesse público.
- D São requisitos essenciais para a criação de comarca a população mínima de quinze mil habitantes ou o mínimo de oito mil eleitores e o movimento forense anual de, pelo menos, duzentos feitos judiciais, sendo desnecessária a análise da receita tributária municipal para tanto.
- E Na entrada em vigor do CODJERJ, foram extintas as comarcas existentes que não alcançaram os índices mínimos para a criação de comarcas, estabelecidos no mencionado código.

QUESTÃO 72

A justiça de primeira instância **não** inclui

- A as turmas cíveis.
- B as turmas recursais.
- C os juízes de paz.
- D o conselho de justiça militar.
- E os juízes de direito e os tribunais do júri.

QUESTÃO 73

A respeito dos órgãos judiciários de segunda instância, assinale a opção correta com base no CODJERJ.

- A O TJRJ compõe-se de 150 desembargadores e tem como órgãos julgadores as Câmaras Isoladas, a Seção Criminal, o Conselho da Magistratura e o Órgão Especial.
- B O TJRJ é presidido por um dos seus membros e terá três vice-presidentes, além do corregedor-geral da justiça. Concorrerão à eleição para os referidos cargos os membros efetivos do TJRJ, sendo facultativa a aceitação do cargo.
- C O Órgão Especial do TJRJ é constituído de 25 membros, dele fazendo parte o presidente, os vice-presidentes e o corregedor-geral da justiça, provendo-se metade das vagas por antiguidade, em ordem decrescente, e a outra metade por eleição pelo Tribunal Pleno, respeitada a representação de advogados e membros do Ministério Público, inadmitida a recusa do encargo.
- D O chefe do Poder Judiciário do Rio de Janeiro é o presidente do TJRJ, a quem compete dirigir os trabalhos do tribunal, presidir as eleições para os cargos de direção e as sessões do Órgão Especial do TJRJ e do Conselho da Magistratura e distribuir, em audiência pública, na forma da lei processual, os feitos de natureza cível.
- E Serão presididos pelo presidente do TJRJ os processos instaurados contra juízes, mediante determinação do Conselho da Magistratura, funcionando como escrivão o diretor-geral da Secretaria da Corregedoria.

QUESTÃO 74

São magistrados

- I os desembargadores.
- II os juízes de direito.
- III os juízes substitutos.
- IV os juízes de turmas recursais.
- V os juízes de paz.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 75

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (EFPCPE/RJ), assinale a opção correta a respeito do estágio experimental.

- A O estágio experimental pressupõe prévia habilitação nas provas e no exame de sanidade físico-mental.
- B O estagiário receberá, desde o início do estágio, retribuição correspondente a 100% dos vencimentos do cargo, independentemente de ser, ao final do estágio, efetivamente nomeado.
- C O candidato que, ao ser designado para o estágio experimental, for ocupante, em caráter efetivo, de cargo em órgão da administração estadual direta, não precisará se afastar do cargo, se houver compatibilidade de horários.
- D O estágio experimental não inabilita o candidato no concurso público, pois tem o caráter meramente classificatório.
- E O início do exercício do cargo ocorre com a convocação para o estágio experimental, publicada na imprensa oficial local.

QUESTÃO 76

Com base no CODJERJ, julgue os seguintes itens.

- I Considere a seguinte situação hipotética.
Fernando, às 17 h 50 min, ajuizou ação, sob o rito ordinário, requerendo concessão de tutela antecipada para ser transferido, às expensas do poder público, para uma unidade de tratamento intensivo em hospital particular, considerando que não havia leitos disponíveis na rede pública, que ele não poderia arcar com os custos do tratamento particular e que corria risco de vida.
Nessa situação, não estando presente nenhum juiz com competência para apreciar a matéria, desde que Fernando requeira justificadamente, a petição poderá ser despachada por juiz de vara criminal.
- II Considere a seguinte situação hipotética.
Norberto é juiz titular da 1.ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, tendo sido designado Eustáquio para o auxiliar nos feitos da vara.
Nessa situação, cabe a Norberto delegar feitos ao juiz auxiliar, podendo fazê-lo na quantidade de até dois terços dos feitos distribuídos à vara.
- III O juiz de direito titular da 1.ª vara criminal de determinada comarca do estado do Rio de Janeiro será competente para processar e julgar os feitos relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo em vista que, não havendo vara específica instalada, prevê o CODJERJ que a competência será do juiz da vara criminal de menor número.
- IV Compete ao TJRJ o julgamento dos *habeas corpus* impetrados em face de decisão de juiz de vara do juizado especial cível de comarca do estado do Rio de Janeiro.
- V Aos juízes de direito das comarcas de um só juízo compete exercer as atribuições de diretor do foro.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 77

Segundo o EFPCPE/RJ, é vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicos, mesmo que haja correlação de matérias e compatibilidade de horários, no seguinte caso:

- A um cargo de juiz com outro de professor.
- B dois cargos de professor.
- C um cargo de juiz com um cargo de médico.
- D dois cargos privativos de médico.
- E um cargo de professor com outro técnico ou científico.

QUESTÃO 78

Com relação ao EFPCPE/RJ, assinale a opção correta.

- A Caso uma funcionária pública civil do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro pretenda viajar de férias para a Argentina, para que ocorra tal afastamento, o ato dependerá, salvo delegação de competência, de prévia autorização do governador do estado.
- B Conceder-se-á licença à gestante, com vencimento e vantagens, pelo prazo de 4 meses, prorrogável no caso de aleitamento materno, por, no mínimo, mais de 30 dias, estendendo-se, no máximo, até 90 dias.
- C Durante o período da licença para tratamento de saúde, não poderá haver suspensão da contagem do tempo de serviço para efeito de licença-prêmio.
- D O funcionário público que for definitivamente condenado criminalmente ao cumprimento de pena privativa de liberdade, sem perda do cargo, não deixará de receber seus vencimentos e vantagens durante o cumprimento da pena.
- E Somente se considera acidente em serviço aquele que acarrete dano físico e tenha relação imediata e direta com o exercício do cargo.

QUESTÃO 79

Com relação ao EFPCPE/RJ, assinale a opção correta.

- A O funcionário aposentado poderá desempenhar mandato eletivo, mas terá de optar entre o salário original e o do mandato.
- B Se for considerada ilegítima, pelo órgão competente, uma acumulação informada oportunamente pelo funcionário, este será exonerado de ofício.
- C A responsabilidade civil dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro decorre de procedimento doloso que importe prejuízo da fazenda estadual ou de terceiros, não havendo responsabilidade em caso de procedimento culposos.
- D A responsabilidade administrativa resulta de atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, quando comprometedores da dignidade e do decoro da função pública. Não há responsabilidade administrativa, todavia, em relação a atos praticados fora do desempenho do cargo ou função, ainda que comprometam a dignidade e o decoro da função pública.
- E As cominações civis, penais e disciplinares poderão cumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.

QUESTÃO 80

Não constitui penalidade disciplinar prevista no EFPCPE/RJ a

- A jubilação.
- B multa.
- C prisão administrativa.
- D repreensão.
- E disponibilidade.

QUESTÃO 81

Cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética relacionada a funcionários, seguida de uma assertiva ser julgada com base no EFPCPE/RJ. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

- A** Sérgio participou de conselho técnico da empresa Alfa Gama, que era, no período, concessionária de serviço público. Nessa situação, Sérgio deverá ser punido com suspensão de 90 dias, desde que reste comprovada a sua má-fé.
- B** Roberval se ausentou de seu serviço, sem causa justificada, por vinte dias, interpoladamente, durante o período de doze meses. Nessa situação, Roberval poderá ser demitido.
- C** Diogo reincidiu em falta já punida anteriormente com pena de repreensão. Nessa situação, Diogo será apenado com suspensão de 200 dias.
- D** Ernane praticou falta grave, tendo a autoridade competente aplicado a ele pena de suspensão por 180 dias. Nessa situação, ainda que haja conveniência para o serviço, a pena de Ernane não poderá ser convertida em multa.
- E** Ficou comprovado, em inquérito administrativo, que o funcionário aposentado Mauro aceitou, ilegalmente, cargo público. Nessa situação, Mauro será apenado com a cassação de sua aposentadoria, independentemente da comprovação de sua má-fé.

QUESTÃO 82

Acerca da Lei n.º 4.620/2005, que dispõe sobre a reestruturação dos cargos do quadro único de pessoal do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro, assinale a opção correta.

- A** O quadro único de pessoal compreende os cargos de provimento efetivo, organizados em carreira, excluídos os cargos de provimento em comissão.
- B** A direção de serventia judicial de primeira instância é privativa do titular de cargo de analista judiciário da área judiciária que integrar a última classe e padrão da carreira, não podendo ser ocupada por analista judiciário que integre o padrão inferior da mesma classe.
- C** O regime disciplinar do serventuário do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro estende-se ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão e aos servidores públicos de outros órgãos que estejam à disposição do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro.
- D** Promoção é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.
- E** Progressão funcional é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

QUESTÃO 83

Julgue os seguintes itens com base na Lei n.º 4.620/2005.

- I** Ao analista judiciário na especialidade de execução de mandados é conferida a denominação funcional de oficial de justiça avaliador.
- II** O analista judiciário na especialidade de execução de mandados que desempenhar função de direção da Central de Cumprimento de Mandados receberá gratificação pelo exercício desta função, no valor de 25% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.
- III** É vedada a nomeação ou designação para cargo em comissão ou função gratificada a servidor que se encontre em estágio experimental.
- IV** O exercício de função gratificada é privativo de serventuário ativo do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro.
- V** Ao servidor que se encontrar na direção de serventias de juízo e de juizados especiais é conferida a denominação funcional de escrivão.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

As questões de **84** a **90** devem ser respondidas com base na CNCGJ.

QUESTÃO 84

Acerca da responsabilidade disciplinar, assinale a opção correta.

- A** O titular de serventia que tiver ciência de irregularidade administrativa deverá imediatamente levar o fato ao conhecimento do corregedor-geral de justiça, não podendo, antes de tal providência, promover a apuração imediata da irregularidade administrativa.
- B** A aplicação de pena disciplinar decorrerá de sindicância prévia, sem necessidade de observância do contraditório e da ampla defesa, tendo em vista que, semelhante ao que ocorre no inquérito, trata-se de procedimento prévio do processo administrativo subsequente.
- C** Compete aos juízes aplicar as penas disciplinares de advertência, repreensão e suspensão até 30 dias, concomitantemente com as demais autoridades superiores, podendo, ainda, o titular de serventia aplicar as penas de advertência e repreensão.
- D** O servidor que responder por malversação ou alcance de dinheiro ou valores públicos poderá ser suspenso preventivamente, por ato do corregedor-geral da justiça, por até 30 dias, se isso for conveniente à apuração da falta.
- E** A sindicância será arquivada, se, em seu curso, não se corporificar, no mínimo, evidência de infração disciplinar, ou, embora evidenciada esta, não for possível determinar-lhe a autoria. A decisão de arquivamento, prolatada pelo corregedor-geral da justiça, será irreversível, ainda no caso de sindicância iniciada por representação.

QUESTÃO 85

Com relação à estrutura e ao funcionamento da Corregedoria-Geral de Justiça, assinale a opção que retrata, corretamente, o ato e sua finalidade, que será expedido pelo corregedor-geral de justiça, no cumprimento de suas funções e observando a seqüência anual.

- A** Resolução, para consolidar normas atinentes a matéria de sua competência.
- B** Portaria, para regulamentar, esclarecer ou viabilizar a aplicação de disposições legais.
- C** Provimento, para aplicar disposições legais a casos concretos.
- D** Circular, para determinar providências concernentes ao regime jurídico e à vida funcional do servidor da justiça.
- E** Ato executivo, para divulgação de normas ou instruções por via epistolar.

QUESTÃO 86

Acerca do processo administrativo disciplinar, assinale a opção correta.

- A** O processo administrativo disciplinar depende de prévia realização de sindicância e será instaurado mediante portaria, resolução, ato executivo ou provimento.
- B** A exposição discriminada do fato apurado ou evidenciado e sua capitulação não são requisitos da portaria de instauração do processo administrativo disciplinar.
- C** A Comissão Permanente de Processo Disciplinar da Corregedoria é presidida por um juiz auxiliar e integrada por dois servidores.
- D** Incumbe ao servidor mais antigo que compõe a Comissão Permanente de Processo Disciplinar da Corregedoria a elaboração do relatório final.
- E** O prazo para o encerramento do processo em primeiro grau é de 90 dias, improrrogável.

QUESTÃO 87

Acerca dos servidores da justiça, assinale a opção correta.

- A** Considere a seguinte situação hipotética.
Sérgio é servidor estatutário não remunerado pelos cofres públicos, remanescente do quadro permanente, entre os serviços notariais ou de registro.
Nessa situação, a remoção de Sérgio dependerá de anuência de seu respectivo titular e da conveniência da administração.
- B** Caso um servidor tenha direito a licença-prêmio nos termos legalmente previstos, o gozo da licença dependerá tão-somente da anuência do juiz a que estiver subordinado.
- C** Nascendo o filho de um servidor, terá este direito à licença-paternidade, pelo prazo de quinze dias, prorrogáveis em caso de falecimento da esposa.
- D** O servidor que adotar criança com menos de doze anos de idade fará jus à licença equivalente à licença-maternidade ou à licença-paternidade.
- E** Os servidores cumprirão regime de trabalho de oito horas diárias, permitida a adoção de flexibilizações, rodízios ou casuísmos, a critério do titular da serventia.

QUESTÃO 88

Acerca dos recursos, assinale a opção correta.

- A** Os recursos em processo administrativo terão efeito suspensivo, em regra.
- B** Das decisões proferidas pelo corregedor-geral da justiça caberá pedido de reconsideração, no prazo de 5 dias.
- C** Não há previsão, na CNCGJ, de recurso hierárquico.
- D** O corregedor-geral da justiça não poderá, de ofício, dar efeito suspensivo à decisão.
- E** Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, o corregedor-geral da justiça poderá, nos termos da CNCGJ, anular a própria decisão.

QUESTÃO 89

Quanto à disciplina sobre os magistrados prevista na CNCGJ, assinale a opção correta.

- A** A designação de audiências nos juízos de primeira instância é ato privativo do corregedor-geral de justiça, que diligenciará para que sejam realizadas no local, dia e hora marcados.
- B** Durante o período de férias do magistrado a que estiver vinculado, bem como em suas licenças e impedimentos, o secretário prestará auxílio à secretaria de qualquer outra vara vinculada ao tribunal.
- C** Não há necessidade de coincidência dos períodos de férias do secretário com as férias do magistrado da respectiva vara.
- D** O servidor designado secretário de juiz poderá desvincular-se da função mediante requerimento dirigido ao juiz, dando ciência ao corregedor-geral da justiça.
- E** Em decorrência da atividade correicional permanente, cabe ao magistrado decidir sobre reclamações que lhe forem apresentadas contra ato de servidor ou empregado subordinado ao seu juízo.

QUESTÃO 90

À luz da CNCGJ, julgue os itens seguintes, relativos a ausência do titular e vacância do cargo.

- I O titular não poderá ausentar-se do cartório sem que nele permaneça quem legalmente o substitua.
- II Equipara-se ao titular, para os efeitos da CNCGJ, todo aquele que, de qualquer modo, responda pela serventia.
- III O substituto será designado, mediante indicação do titular ou do responsável pela serventia, com a anuência do juiz.
- IV No impedimento ou falta ocasional do titular e de seu substituto, a substituição recairá no técnico judiciário juramentado com maior tempo de serviço no cartório, declarando-se essa circunstância, expressamente, nos atos que praticar.
- V Em caso de vacância do cargo de titular, passa a responder desde logo pelo expediente da serventia o substituto anteriormente designado, salvo ato dispendo de modo diverso.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.